

Sinodalidade missionária e pastoral juvenil

Valéria Andrade Leal¹

Resumo: A sinodalidade missionária na pastoral juvenil é fruto da reflexão da XV Assembleia Geral ordinária do Sínodo dos Bispos, em 2018, e pode ser considerada uma de suas maiores contribuições, uma vez que coloca a pastoral juvenil em sintonia com a missão da Igreja num dinamismo de “caminhar juntos”. A presente comunicação busca analisar a sinodalidade missionária enquanto proposta do sínodo de 2018 e seu alcance na prática da pastoral juvenil; e refletir sobre a relação da pastoral juvenil e o conjunto das forças vivas da comunidade tendo em vista a sinodalidade missionária. Para isso, realizou-se a análise documental do material produzido durante o processo sinodal, particularmente o Documento Final, em confronto com a realidade pastoral e propostas da Pastoral Juvenil no Brasil. Em síntese, buscaremos observar que a proposta da sinodalidade missionária engloba questões referentes à estrutura e, particularmente, à comunhão da comunidade eclesial. Na prática, há lacunas na organicidade e no conjunto das pastorais de forma que o trabalho, pouco integrado, afeta diretamente o processo de evangelização como um todo, ao mesmo tempo que questiona a própria pastoral juvenil.

Palavras-chave: Pastoral juvenil. Sinodalidade missionária. Juventudes. Protagonismo Juvenil.

INTRODUÇÃO

O Sínodo sobre “os jovens, a fé e o discernimento vocacional” representou um marco significativo na reflexão acerca da evangelização juvenil. A metodologia adotada para a preparação do Sínodo, que incluiu questionários online, seminário e reunião pré-sinodal, permitiu uma participação ativa dos jovens no processo, oportunizando uma experiência de inclusão e de escuta ativa. A presença deles na Assembleia Sinodal não foi apenas simbólica, mas uma contribuição essencial que enriqueceu o diálogo e a compreensão mútua e levou os padres sinodais a dizerem: “experimentamos como a proximidade cria as condições para que a Igreja seja espaço de diálogo e testemunho de fraternidade que fascina” (ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA DO SÍNODO DOS BISPOS, XV. Documento final, 1). Tal experiência abriu caminhos para ampliar os horizontes de reflexão e prática acerca de como a Igreja pode se adaptar e responder às necessidades e expectativas das novas gerações passando da pergunta “o que devemos fazer pelos jovens?” para “o que somos chamados a ser com os jovens?” (SALA, 202, p. 331). Essa mudança resultou na consciência de promover a “sinodalidade missionária”, na Pastoral Juvenil e em toda Igreja.

Assim, este estudo busca, analisar a sinodalidade missionária e seu alcance na prática da pastoral juvenil; e refletir sobre a relação da pastoral juvenil e o conjunto das forças vivas da comunidade tendo em vista a sinodalidade missionária. Para tanto, seguiu-se a análise documental dos textos construídos no processo da XV Assembleia Sinodal, priorizando o

1 Doutoranda pela PUC-Rio em Teologia Sistemático-Pastoral. Bolsista CAPES. E-mail: vandradeleal@yahoo.com.br

Documento Final, em confronto com a realidade interna das comunidades eclesiais e das expressões juvenis do Brasil.

Assim, toma-se como ponto de partida a compreensão de protagonismo juvenil para, então, seguir com a compreensão de sinodalidade missionária e os desafios para sua efetivação. Na sequência, considera-se que a sinodalidade missionária ultrapassa os espaços da Pastoral Juvenil abrangendo toda a comunidade eclesial e se propõe o sentido de pertença, a corresponsabilidade e a organicidade com meios para superação das dificuldades elencadas. Por fim, levantam-se questões acerca das oportunidades e limites das comunidades para acolherem o protagonismo juvenil numa dinâmica de compreensão de suas linguagens e necessidades e o problema da evangelização das novas gerações como um todo.

1 O PROTAGONISMO JUVENIL

Uma das frases emblemáticas do Documento Final – DF, da XV Assembleia Sinodal é: “os jovens querem ser protagonistas” (DF 52). O tema do protagonismo juvenil e a questão da sinodalidade missionária se entrelaçam, pois apenas pessoas que assumem seu protagonismo podem contribuir efetivamente na comunidade, assumindo sua vocação cristã que, embora vivida em comunidade, é resposta pessoal e única.

No Brasil, o protagonismo juvenil é jargão bastante frequente. No Documento 85 da CNBB, o termo aparece inúmeras vezes e, na maioria, pode ser entendido como o atuar do jovem, segundo suas capacidades e talentos, nas ações pastorais e na transformação social, normalmente exercendo algum tipo de liderança ou iniciativa (Cf. Doc. 85 n. 5, 8, 92, 190 e 208). No número 279, o texto, referindo-se à década de 80, faz menção a uma nova geração “de jovens católicos que era protagonista do seu próprio processo de educação na fé e que podia dialogar com a nova realidade que surgia”. Neste ponto, a compreensão de protagonismo ultrapassa a questão da liderança e é reconhecida como a capacidade do jovem de fazer escolhas e se responsabilizar pelo seu próprio amadurecimento. O protagonismo consiste, então, em protagonizar a construção da própria história, antes mesmo de colocar-se a serviço, como jovens católicos, a partir do Evangelho.

No Sínodo de 2018, como era de se esperar, o tema volta à tona. O número 52 do DF afirma que, “perante as contradições da sociedade, muitos jovens desejam fazer render os seus talentos, competências e criatividade, e estão dispostos a assumir responsabilidades”. Subentende-se que o protagonismo consiste em dispor-se a contribuir a partir do reconhecimento dos seus próprios dons, ou seja, pressupõe um processo de crescimento humano de autoconhecimento e a capacidade de assumir-se e dispor-se, escolhendo servir.

Em síntese, pode-se afirmar que protagonismo juvenil compreende dois aspectos: um primeiro movimento de responsabilizar-se pelo próprio crescimento humano e espiritual, protagonizando a construção da própria história num processo de aquisição de autonomia; e um segundo de saída de si mesmo, colocando seus talentos à serviço da comunidade eclesial e da sociedade, protagonizando processos de crescimento comunitário.

2 SINODALIDADE MISSIONÁRIA

“Os jovens pedem para caminhar juntos” (DF 119) é outra das frases de impacto, por assim dizer, do DE, que está no início do capítulo sobre a sinodalidade missionária da Igreja. O “caminhar juntos” é o jeito de ser da Igreja, seu “elemento constitutivo” (FRANCISCO, 2015) e implica a dimensão comunitária da fé cristã, o pertencer, comprometer-se e pôr-se em movimento, com os outros, em direção ao Senhor que chama. Nesta perspectiva, a ação pastoral está a serviço do seguimento de Cristo a partir da comunhão Trinitária. O caminho é o seguimento de Cristo, em primeiro lugar, o que se faz em comunidade. O caminho é, também, a missão: “Ide” (Cf. Mc 16,15) a anunciar seu Reino e fazê-lo acontecer por meio da comunidade é o mandato do Senhor, sendo ela mesma o testemunho do que é proclamado.

Diante da reivindicação de protagonismo por parte dos jovens, a proposta da sinodalidade parece abrir espaços e limiares de esperança para a criação de instâncias de participação e liderança na comunidade. E de fato, o faz. O termo “missionária”, porém, coloca a sinodalidade num horizonte não apenas de “mais espaço”, mas de serviço e corresponsabilidade. Assim, ao considerar a sinodalidade missionária, parte-se do princípio de que os jovens não são uma parcela, uma categoria ou um grupo dentro da Igreja, mas são a Igreja, do futuro, e também do presente (DF 54) de forma que a missão da Igreja é compartilhada com a juventude. No dizer de Rossano Sala (2020, p. 330) essa compreensão é essencial, pois há uma passagem da opção preferencial pelos jovens para a sinodalidade missionária, sendo, então o “fruto maduro da assembleia sinodal” para toda a comunidade eclesial. Essa passagem coloca a Igreja à escuta dos jovens e os jovens a caminho com a Igreja, ajudando-os a assumirem sua própria vocação de ser uma missão no mundo (EG 273), exercendo seu protagonismo na Igreja e na sociedade, mas acompanhados pela comunidade ao mesmo tempo em que a compõem, de forma ativa e coparticipativa.

A proposta da sinodalidade missionária afeta, então, toda a comunidade que, juntamente com a Pastoral Juvenil, é responsável de acompanhar cada pessoa, no seguimento de Cristo e transmitir sua mensagem, testemunhando seu Reino de justiça. Diante disso, qual seria a maneira de concretizar a sinodalidade missionária? Para responder a esta questão, faz-se necessário reconhecer alguns limites, para que sua superação já se apresente como a sinodalidade em prática.

3 LIMITES PARA A SINODALIDADE MISSIONÁRIA

No processo sinodal, reconheceu-se a iniciativa e a generosidade dos jovens que atuam nas comunidades com a “animação da catequese e da liturgia, o cuidado das crianças e o voluntariado a favor dos pobres” (DF 54). Mas, os jovens mostraram que, apesar de seu interesse, eles encontram desafios para o protagonismo: o “autoritarismo e falta de confiança da parte de adultos e pastores, que não reconhecem de forma suficiente a sua criatividade e têm dificuldade de compartilhar as responsabilidades” (DF 54) resultando num “papel passivo atribuído aos jovens no seio da comunidade” (DF 53), o que se torna uma das razões do

seu afastamento. Além de distanciar-se, ao se sentir desvalorizados e desacompanhados, não ouvidos, os jovens correm o risco de fecharem-se em grupos que se colocam como que em disputa por espaço na comunidade. Surge, então, um problema de pertencimento.

A questão das raízes culturais, cara ao Papa Francisco, está relacionada ao sentido de pertença na comunidade. No sínodo reconhece-se que os jovens “sentem-se tentados também a concentrar-se na fruição do presente, tendendo por vezes a prestar pouca atenção à memória do passado donde provêm” (DF 35) o que torna o sentido de pertença um pouco distante para eles. Para Cavagnari (2021, p. 76) pertencer significa:

... compartilhar com os membros de um grupo ou comunidade modos de ser, pensar, fazer, bem como sinais distintivos por meio dos quais eles se reconhecem como “parte” de um todo e, ao mesmo tempo, serem reconhecidos como tal. O pertencimento está ligado à identificação: pressupõe averiguar uma proposta como diferente de qualquer outra, compartilhá-la internamente, aderir a ela e ser admitido no grupo ou comunidade.

As inúmeras identidades e propostas de grupos e diversas expressões juvenis, que são, com toda certeza, uma riqueza no caminho sinodal ao estilo poliedro (Cf. ChV 207), atuam, muitas vezes para gerar pertencimento apenas ao próprio grupo, esquecendo, em certo sentido, sua conexão com a comunidade eclesial local, concreta. Isso se agrava, na medida em que a comunidade não reconhece o grupo de jovens como parte da comunidade, mas como um “problema” ou um grupo de “serviçais” que não colaboram nas tomadas de decisão, mas que tem o dever de ajudar na execução das atividades.

Está posto o problema da Pastoral de Conjunto da Igreja: a falta de consciência de que é “toda a comunidade que evangeliza” (ChV 202), e a “lógica da delegação que tanto condiciona a ação pastoral” (DF 128). Por vezes, se entende que dos jovens, as pastorais afins são as únicas responsáveis e se omite na tarefa de acolher e acompanhar a juventude. Esquece-se, inclusive, da presença de jovens em outras pastorais e grupos, tratando-os como adultos e desconsiderando sua realidade existencial e sua necessidade de acompanhamento.

No que se refere à Pastoral Juvenil propriamente dita, o Papa Francisco, reconhece a necessidade de “renovar a pastoral juvenil e libertá-la de esquemas que já não são eficazes, porque não entram em diálogo com a cultura atual dos jovens” (ChV 208), e o diálogo na comunidade também se faz essencial.

A pastoral juvenil, tal como estávamos acostumados a levá-la adiante, sofreu o embate das mudanças sociais e culturais. Os jovens, nas estruturas habituais, muitas vezes não encontram resposta para as suas inquietudes, necessidades, problemas e feridas. A proliferação e o crescimento de associações e movimentos com características predominantemente juvenis podem ser interpretados como uma ação

do Espírito que abre novos caminhos. Torna-se necessário, no entanto, aprofundar a participação desses na pastoral de conjunto da Igreja, bem como uma maior comunhão entre eles e uma melhor coordenação da ação. Embora nem sempre seja fácil abordar os jovens, estamos a crescer em dois aspetos: a consciência de que é toda a comunidade que os evangeliza e a urgência de que os jovens sejam mais protagonistas nas propostas pastorais (ChV 202).

A Pastoral de Conjunto se refere, aqui, a todas as forças vivas da comunidade e, igualmente, aos diferentes grupos jovens que nela existem e que precisam estar em unidade. Além disso, há ainda a questão da organicidade. A evangelização não começa na juventude, e se começar, nela não termina. Deve haver uma espécie de “fluxo contínuo” em que cada um, na medida em que cresce como pessoa e como cristão sinta-se acompanhado no processo. Uma pastoral de conjunto está atenta também às realidades existenciais de cada pessoa de forma a integrar cada um na comunidade em cada época da vida. Neste ponto, a realidade eclesial hoje, parece apresentar “lacunas” desde o Batismo até a Unção dos Enfermos. Há processos eclesiais que iniciam na comunidade, mas nem sempre há acolhida, e na medida em que se desenvolve, a pessoa nem sempre encontra acompanhamento adequado para si.

4 CAMINHOS PARA A SINODALIDADE MISSIONÁRIA

O grande sonho do Sínodo é uma “uma Igreja dinâmica e em movimento, que acompanha caminhando junto, fortalecida por numerosos carismas e ministérios” porque “é assim que Deus Se faz presente neste mundo” (DF 122). A proposta da sinodalidade missionária é a concretização deste sonho e se inicia pelo assumir-se com parte da comunidade que, por sua vez, está aberta ao novo, ao diferente, atenta aos “sinais dos tempos”.

A vida sinodal orienta-se essencialmente para a missão, pois a Igreja é “o sacramento, ou sinal, e o instrumento da íntima união com Deus e da unidade de todo o género humano” (*Lumen gentium*, n. 1), até ao dia em que Deus Se tornar “tudo em todos” (1 Cor 15, 28). Abertos ao Espírito, os jovens podem ajudar a Igreja a concretizar a passagem pascal de saída “do ‘eu’ entendido de maneira individualista rumo ao ‘nós’ eclesial, no qual a pessoa individual, estando revestida de Cristo (cf. Gl 2, 20), vive e caminha com os irmãos e irmãs, como sujeito responsável e ativo na única missão do Povo de Deus” (Comissão Teológica Internacional, *A sinodalidade na vida e na missão da Igreja*, 2/III/2018, n. 107). A mesma passagem, por impulso do Espírito e sob a guia dos pastores, deve verificar-se na comunidade cristã, chamada a sair da autorreferencialidade do “eu” da sua autoconservação para o serviço da construção dum “nós” inclusivo de toda a família humana e da criação inteira (DF 125).

A consciência da corresponsabilidade na missão implica na tomada de consciência de ser povo, de pertencer e compartilhar as responsabilidades, alegrias, desafios e esperanças. Do passar do eu, do meu grupo, da minha preferência... para o “nós”. O “nós” que compartilha a mesma fé, que segue o mesmo Cristo, que busca a santidade como resposta ao chamado do Senhor, que almeja e luta pelo Reino já aqui. Requer a superação de “agremiações” e “grupismos”, bem como a aceitação e interação concreta com o diferente dentro da comunidade, da parte de adultos e de jovens.

Tal consciência se forma através de mecanismos de educação na fé, sobretudo, na compreensão do que é ser “povo de Deus” e do mandato missionário do Senhor. Passa também pela assimilação do Evangelho que apresenta Jesus em seu ministério, sempre em movimento em direção ao outro, atento às suas necessidades para servir. Essa contemplação leva a enxergar também os que sofrem como os primeiros destinatários da ação misericordiosa de Deus que quer salvar e oferecer a “vida em abundância” (Jo 10,10). A corresponsabilidade, porém, inicia-se, concretamente, com a experiência de compartilhar a própria vida com a comunidade, porque é “nas relações com Cristo, com os outros, na comunidade que se transmite a fé” (DF 122). Trata-se de sentir-se acolhido na comunidade, valorizado, ouvido e motivado a participar. O que por sua vez, desenvolve o sentido de pertença, o ser parte do “nós”.

Para Cavagnari (2021, p. 77) o pertencimento se dá mediante processos de identificação que se dão na interação da pessoa com os membros da comunidade; “o conhecimento e aceitação do sistema de valores, crenças e modelos que determinam a proposta objetiva dessa comunidade, a ponto de definir progressivamente neles o projeto de vida pessoal”; o sentimento de ser aceito pelo grupo; e diante da realidade plural, particularmente das juventudes, “a capacidade de harmonizar diferentes pertencimentos, de elaborar os conflitos que surgem e integrar diferentes propostas em torno de uma adesão que funcione como uma referência abrangente”. É fácil perceber que na sinodalidade vivida, corresponsabilidade e pertencimento se interrelacionam de forma que um não existe sem o outro. Afinal, não falamos de prestadores de serviço, mas de membros de comunidades que partilham a fé. Ao dizerem que querem ser ouvidos, ser protagonistas, pode-se perceber nos jovens o anseio por pertencer. Afinal, os jovens precisam de “raízes”, como insiste o Papa Francisco (ChV 179).

Os jovens pedem para ser ouvidos, acompanhados, querem espaços de protagonismo e estar em ambientes onde se sintam parte. Querem construir seus projetos de vida visando a plenitude. Na medida em que seus anseios são atendidos, podem comprometer-se ainda mais com a caminhada da comunidade, mas precisam ser acompanhados no seu processo de crescimento, até porque não serão eternamente jovens, mas permanecerão buscando ambientes propícios onde possam discernir, a cada nova situação, a vontade de Deus para suas vidas. Assim, para viver a sinodalidade missionária, a comunidade precisa de estar integrada compondo uma pastoral de conjunto que seja também orgânica, ou seja, que respeite e esteja atenta às necessidades de cada um, segundo seu crescimento na fé e acompanhe cada pessoa em seu crescimento humano e espiritual. Para isso, se faz necessária a comunhão das diversas pastorais e grupos, de forma que a pessoa possa doar-se a partir de seus dons e

talentos, vivenciando o Evangelho. Precisa ainda de espaços de acompanhamento, com propostas adequadas, tendo em vista o crescimento da pessoa no seguimento de Jesus. Trata-se de alimentar ora com leite, ora com alimento sólido (1Cor 3,1; Hb 5, 13-14), como já era uso nas primeiras comunidades cristãs. Para os jovens, e para todos os fiéis, isso significa promover sua autonomia, o reconhecimento de seus talentos, sua identificação com os valores do Evangelho de forma gradativa, respeitando limites, ao mesmo tempo impulsionando a vencê-los para viver como “ressuscitados”, no constante exercício de deixar os túmulos do egoísmo, do comodismo, da autossuficiência e de todos os impedimentos para perseverar em seguir e testemunhar o Senhor.

CONCLUSÃO

A passagem da pergunta sobre o que fazer pelos jovens para o que ser com os jovens é a grande chave para que se concretize a sinodalidade missionária, de forma a contribuir efetivamente na evangelização de jovens. Não se resume apenas na participação dos jovens, mas no assumir-se, por parte dos jovens, como membros da Igreja e corresponsáveis por tudo o que nela acontece, principalmente, por sua missão. Isso acontece na medida em que o jovem encontra espaço de acolhida, de valorização de dons e oportunidades de crescimento da consciência do próprio chamado e resposta ao Senhor, caminhando juntos com os irmãos e irmãos que partilham da mesma vocação cristã e testemunham a chegada o Reino de Deus neste mundo.

Desta forma, a sinodalidade missionária passa por uma reestruturação das comunidades eclesiais numa crescente consciência da sua missão evangelizadora, que não pode prescindir de seu testemunho de comunhão. Isso se traduz na acolhida e na disponibilidade de “caminhar juntos” em todos os passos do seguimento de Jesus. Ao mesmo tempo, a própria pastoral juvenil precisa reestruturar-se de forma a ser espaço inclusivo do jovem em seu seio, mas também na comunidade eclesial, nutrindo o sentimento de pertença à Igreja que motiva a assumir a corresponsabilidade na missão. Precisa também ela passar da questão: “o que a Igreja tem a nos oferecer” ou “o que a Igreja espera dos jovens” para “como podemos ser jovens na e com a Igreja?”

Não obstante as realidades juvenis e as questões externas que afetam a vida das pessoas em seus contextos sociais e exigem respostas da Igreja, é necessário que a comunhão se faça a força da comunidade para melhor discernir “os sinais dos tempos” e enfrentar os desafios que se apresentam. Permanece, entretanto, o desafio de superar os apegos às estruturas caducas, a partir de cada grupo; o medo do diferente, as inseguranças e condenações frente às novas linguagens juvenis. Como? Encontrar as respostas juntos, já é sinodalidade missionária em prática.

REFERÊNCIAS

ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA DO SÍNODO DOS BISPOS, XV, 2018, Vaticano. *Os jovens, a fé e o discernimento vocacional*: Documento final. XV Assembleia geral ordinária. Carta aos jovens. São Paulo: Paulinas, 2019.

CAVAGNARI, Gustavo. *Andate e fate discepoli tutti i giovani*. Verso una pastorale giovanile evangelizzatrice. Torino: ELLEDICI, 2021.

CNBB. *Evangelização da Juventude*: desafios e perspectivas pastorais. São Paulo: Paulinas, 2007. (Documento 85).

FRANCISCO, Papa. *Exortação Apostólica Evangelii Gaudium*. São Paulo: Paulinas, 2013.

FRANCISCO, Papa. *Exortação Apostólica Pós-sinodal Christus vivit*. São Paulo: Paulinas, 2019.

FRANCISCO, Papa. *Discurso*. Comemoração do Cinquentenário da Instituição do Sínodo dos Bispos. 17 de outubro de 2015. Disponível em: < https://www.vatican.va/content/francesco/pt/speeches/2015/october/documents/papa-francesco_20151017_50-anniversario-sinodo.html>. Acesso em: 01 ago. 2024.

SALA, Rossano. *Intorno al fuoco vivo del sínodo*. Pastorale giovanile 2. Educare ancora alla vita buona del Vangelo. Torino: Elledici, 2020.